

JULHO

Energia segue com bandeira vermelha

A bandeira tarifária para o mês de julho permanece vermelha patamar 1, a mesma sinalização que ocorreu em junho. Com isso, as contas de energia elétrica continuarão recebendo adicional de R\$ 4,46 para cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. Segundo a Agência Nacional de Ener-

gia Elétrica (Aneel), a continuidade do cenário de chuvas abaixo da média em todo o país reduz a geração de energia por hidrelétricas. “Esse quadro tende a elevar os custos de geração de energia, devido à necessidade de acionamento de fontes mais onerosas para geração, como as usinas ter-

melétricas”, explicou a Agência, em nota. Criado em 2015 pela Aneel, o sistema de bandeiras tarifárias reflete os custos variáveis da geração de energia elétrica. Divididas em níveis, as bandeiras indicam quanto está custando para o Sistema Interligado Nacional (SIN) gerar a energia. **PÁGINA 2**

EUA

Suprema Corte impede juízes de ‘decidir’ contra Trump

A Suprema Corte dos EUA limitou, nesta sexta-feira, o escopo das ordens judiciais que impediam a tentativa do presidente americano, Donald Trump, de restringir a cidadania por nascimento, em uma decisão que reduziu a capacidade dos juízes de emitir injunções nacionais contra políticas da Casa Branca. Por 6 votos a 3, a Suprema Corte criticou os tribunais inferiores por emitirem injunções universais que bloqueavam a política de Trump em todo os EUA. A corte afirmou que, como tais ordens vão além de fornecer alívio aos demandantes, elas "provavelmente excedem" a autoridade que o Congresso concedeu aos juízes distritais. O litígio centra-se em uma das ordens executivas mais controversas de Trump.

ESQUEMA DE CORRUPÇÃO

STF mantém trancamento de inquéritos contra Castro

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) manteve o trancamento de dois inquéritos abertos contra o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL-RJ), no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os inquéritos miravam supostos esquemas de corrupção em projetos de assistência social no Rio de Janeiro e na Fundação Leão XIII. Ao final de 2024, o relator do processo, ministro André Mendonça, atendeu o pedido da defesa de Castro e determinou o trancamento das investigações. A Procuradoria-Geral da República (PGR) então, recorreu ao colegiado pedindo reabertura do processo. Por unanimidade, os ministros seguiram o relator e votaram para negar o recurso da PGR. **PÁGINA 6**

CONTAS PÚBLICAS

Haddad: aumento de gastos acima do teto é o desafio para arcabouço



ANTONIO CRUZ/ABRASIL

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta sexta-feira, que o maior desafio para manter o arcabouço fiscal de pé diz respeito a uma dinâmica do Orçamento em que parte das despesas cresce acima do limite de 2,5%. "A despesa discricionária - que significa a liberdade de investir aqui e ali - vai sendo comprimida pelo que é obrigatório. Então, esse é o desafio para manter o arcabouço fiscal de pé", disse, em entrevista à GloboNews. Segundo Haddad, o governo Lula enfrenta problemas novos, que nada tem a ver com a Constituição de 1988. Um dos exemplos é o "descontrole absoluto do seguro-defeso". O ministro mencionou que há 300 mil pescadores de artesanato - público-alvo do benefício -, e 1,9 milhão de requerimentos do seguro: "seis vezes mais do que o número de pescadores".

Traição de Hugo Motta, Haddad não entende o que aconteceu

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta sexta-feira, que não consegue entender o que aconteceu depois da reunião feita com parlamentares no domingo, 9 de junho, em referência à decisão do Congresso de aprovar na última quarta-feira a derrubada do decreto sobre o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). "Eu saí de lá com a sensação de que estava 100% resolvido o encaminhamento tanto da medida provisória quando do decreto de IOF. **PÁGINA 2**

OPERAÇÃO SISAMNES



DIVULGAÇÃO

PF prende prefeito de Palmas por ‘venda de sentenças’

A Polícia Federal deflagrou nesta sexta-feira, uma nova fase da Operação Sisamnes, que investiga a venda de sentenças no Superior Tribunal de Justiça (STJ). É a 10ª etapa ostensiva do inquérito. Três pessoas foram presas preventivamente - o prefeito de Palmas, Eduardo Siqueira (Podemos) (foto), o policial civil Marcos Albernaz e o advogado Antonio Iano-wich Filho. Procurada, a assessoria do prefeito informou que ele "recebeu a decisão com serenidade" e vai colaborar com a investigação. "Tudo será esclarecido", diz a nota. Os policiais federais também fizeram buscas em três endereços na capital do Tocantins. A operação foi autorizada pelo ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal, que conduz a investigação. A nova etapa da Operação Sisamnes busca provas sobre o vazamento de informações sigilosas de inquéritos e processos. **PÁGINA 5**

INDICADORES

IBOVESPA -0,18% / 136.865,79 / -248,10 / Volume: 17.540.626.093 / Negócios: 2.945.874						Bolsas no mundo				Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	-0,49% (mai.)	EURO turismo			
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento		Ufir-RJ	R\$ 4,5373	IPCA	0,26% (mai.)	Compra: 6,5086	Venda: 6,68866	
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.						
COGNA ON ON NM	2,79	+0,36	+0,01	SANTANENSE ON	3,49	+36,33	+0,93	CEMEPE PN	4,80	-7,69	-0,40	S&P 500	43.819,27	+1,00			
BRADESCO PN N1	16,57	+0,12	+0,02	TELEBRAS ON	13,00	+8,33	+1,00	VAMOS ON NM	4,130	-6,56	-0,290	NASDAQ Composite	20.273,458	+0,52			
BRASIL ON NM	21,73	+0,60	+0,13	ENERGISA MT ON	61,98	+6,86	+3,98	SANTANENSE PN	2,54	-5,93	-0,16	Nasdaq 100	22.534,202	+0,39			
AMBEV S/A ON	13,15	-1,28	-0,17	AUTOMOB ON NM	11,410	+5,94	+0,640	MOVIDA ON NM	7,11	-5,20	-0,39	Euronext 100	1.575,55	+1,25			
VAMOS ON NM	4,130	-6,56	-0,290	BIOMA EDUC ON MA	3,94	+5,91	+0,22	SIMPAN ON NM	5,030	-4,37	-0,230	CAC 40	7.691,55	+1,78			
											Dow Jones	43.819,27	+1,00				
											S&P 500	6.173,07	+0,52				
											NASDAQ Composite	20.273,458	+0,52				
											Nasdaq 100	22.534,202	+0,39				
											Euronext 100	1.575,55	+1,25				
											CAC 40	7.691,55	+1,78				
											Salário mínimo		R\$ 1.412,00	IGP-M	-0,49% (mai.)	EURO turismo	
											Ufir-RJ		R\$ 4,5373	IPCA	0,26% (mai.)	Compra: 6,5086	Venda: 6,68866
											Taxa Selic			CDI		DÓLAR Ptax - BC	
											(18/06)		15%	(18/06)	14,90%	Compra: 5,4759	-0,70%
											TR			OURO		DÓLAR comercial	
											(28/06)		0,1736%	BM&F/grama/RJ	R\$ 579,34	Compra: 5,4828	Venda: 5,4834
											Poupança			EURO Comercial		DÓLAR turismo	
											(28/06)		0,6745%	Compra: 6,4182	Venda: 6,4188	Compra: 5,5186	Venda: 5,6986

MERCADOS

Bolsa cai abaixo de 137 mil pontos, com leve perda de 0,18% no dia

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) chegou a en-saiar leve alta na máxima do dia (137 208,57), pouco acima da estabilidade no começo da tarde, mas se inclinou mesmo a uma pequena perda nesta penúltima sessão do mês - tanto no dia, como na semana e também em junho. Nesta sexta-feira, o Índice Bovespa (Ibovespa) cedeu 0,18%, aos 136.865,79 pontos, saindo de abertura aos 137.112,88 e to-cando, no piso da sessão, os 136.468,56 pontos.

Fraco, o giro desta sexta-feira ficou em R\$ 16,5 bilhões. Na semana, o Ibovespa recua 0,18%, vindo de virtual estabi-lidade (-0,07%) na anterior - e de ganho de 0,82% na que ha-via precedido o intervalo mais recente. Em junho, o índice cai 0,12%, com ganho no ano preservado a 13,79%.

Nesta sexta-feira, com o mi-nério de ferro em alta de cerca de 2% em Dalian, na China, e de mais de 1% em Cingapura, Vale ON, a principal ação da carteira teórica, foi destaque quase solitário entre as blue

chips, em alta de 1,92% no fe-chamento da B3. Petrobras ON e PN, por sua vez, cederam 1,23% e 0,79%. Entre os grandes bancos, BB ON foi a exceção positiva, em alta de 0,6%, assim como Bradesco PN (+0,12%).

Na ponta ganhadora do ín-dice, à frente de Vale, apenas Engie (+4,24%) e Pão de Açú-car (+2,01%) - destaque tam-bém para Marcopolo (+1,68%) e Localiza (+1,35%). No lado oposto, Vamos (-6,56%), Brava (-3,59%) e Cosan (-2,46%).

DÓLAR

Após operar em queda fir-me pela manhã, com mínima a R\$ 5,46 (-0,7%), o dólar à vi-sta desacelerou o ritmo de bai-xa ao longo da tarde e encerrou a sessão desta sexta-feira, na casa de R\$ 5,48.

No fim do pregão, o dólar à vista era negociado a R\$ 5,4829, em queda de 0,29%. A moeda termina a semana com perdas de 0,76%, o que eleva a desvalorização acumulada em junho a 4,14%. No ano, o dólar recua 11,28% em relação ao real, que apresenta o melhor desempenho entre divisas la-tino-americanas.

PAÍSES EM CONFLITOS

Banco Mundial alerta para aumento da pobreza extrema

POR PEDRO LIMA

A pobreza extrema está crescendo mais rapidamente nos 39 países atingidos por conflitos e instabilidade do que em qualquer outro lugar do mundo, segundo relatório do Banco Mundial divulgado nesta sexta-feira. A instituição afirma que essas nações estão sofrendo retrocessos graves em indicadores sociais e eco-nômicos e alerta que "a fre-quência de conflitos atingiu o maior nível em 25 anos".

"Desde 2020, o PIB per capi-ta dessas economias encolheu, em média, 1,8% ao ano", en-quanto outros países em de-senvolvimento cresceram 2,9% ao ano, aponta o comunicado. Em 2025, cerca de 421 milhões de pessoas vivem com menos de US\$ 3 por dia nessas re-giões, mais do que no resto do mundo somado. Até 2030, a es-timativa é que esse número chegue a 435 milhões, ou qua-se 60% de toda a população em extrema pobreza do planeta.

O economista-chefe do Banco Mundial, Indermit Gill,

afirmou que, embora a aten-ção global esteja voltada para guerras como as da Ucrânia e do Oriente Médio, "mais de 70% das pessoas que sofrem com conflitos e instabilidade são africanas". Ele alertou ain-da que "a miséria nessa escala é inevitavelmente contagiosa".

O relatório também destaca que, em países em desenvolvi-mento de forma geral, a taxa de pobreza extrema está abaixo de 10%, mas, entre as nações afetadas por instabilidade, o índice é de quase 40%. "A es-tagnação econômica, e não o crescimento, tem sido a norma nessas economias nos últimos 15 anos", disse Ayhan Kose, vi-ce-economista-chefe do Ban-co Mundial.

Com indicadores de vida deteriorados, a média de ex-pectativa de vida nesses países é de 64 anos, sete a menos do que a de outros países em de-senvolvimento. A mortalidade infantil é mais que o dobro. E a insegurança alimentar aguda atinge 18% da população, uma proporção 18 vezes maior que a média global.

Nota

JUROS DO CARTÃO DE CRÉDITO SOBEM A 449,9% AO ANO

Os juros médios cobrados em maio pelas empresas de cartão de crédito rotativo estão mais altos no Brasil, enquanto os do cheque especial e do crédito consignado caíram. É o que informam as Estatísticas Monetárias e de Crédito, divulgadas nesta sexta-feira pelo Banco Central (BC). De acordo com o BC, em maio, os juros médios dos cartões de crédito rotativo chegaram a 449,9% ao ano, o que representa alta de 5,7 pontos percentuais (p.p.), na comparação com o mês anterior (444,2%). A cobrança do rotativo é feita quando o valor total da fatura não é pago até a data de vencimento do cartão de crédito, levando o cliente a ter de parcelar o que é devido.

JULHO

Contas de luz seguem com bandeira tarifária vermelha

A bandeira tarifária pa- ra o mês de julho per-manece vermelha pa-tamar 1, a mesma sinalizaçã que ocorreu em junho. Com iso, as contas de energia elétrica continuarão recebendo adicio-nal de R\$ 4,46 para cada 100 quilowatts-hora (kWh) consu-midos.

Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a continuidade do cenário de

chuvas abaixo da média em to-do o país reduz a geração de energia por hidrelétricas.

“Esse quadro tende a elevar os custos de geração de energia, devido à necessidade de aciona-mento de fontes mais onerosas para geração, como as usinas termelétricas”, explicou a Agên-cia, em nota.

BANDEIRAS TARIFÁRIAS

Criado em 2015 pela Aneel, o

sistema de bandeiras tarifárias reflete os custos variáveis da ge-ração de energia elétrica. Dividi-das em níveis, as bandeiras indi-cam quanto está custando para o Sistema Interligado Nacional (SIN) gerar a energia usada nas residências, em estabelecimen-tos comerciais e nas indústrias.

Quando a conta de luz é cal-culada pela bandeira verde, não há nenhum acréscimo. Quando são aplicadas as bandeiras ver-

melha ou amarela, a conta sofre acréscimos a cada 100 quilo-watts-hora (kWh) consumidos.

“Com o acionamento da ban-deira vermelha patamar 1, a Aneel reforça a importância da conscientização e do uso res-ponsável da energia elétrica. A economia de energia também contribui para a preservação dos recursos naturais e para a sustentabilidade do setor elétri-co como um todo”, diz a Aneel.

CONTAS PÚBLICAS

Haddad: aumento de gastos acima do teto é o desafio para arcabouço

CAROLINE ARAGAKI E EDUARDO LAGUNA/AE

O ministro da Fazenda, Fer-nando Haddad, afirmou nesta sexta-feira, que o maior desafio para manter o arcabouço fiscal de pé diz respeito a uma dinâmica do Orçamento em que parte das despesas cresce acima do limite de 2,5%. "A despesa discricionária - que significa a liberdade de in-vestir aqui e ali - vai sendo com-primida pelo que é obrigatório. Então, esse é o desafio para man-ter o arcabouço fiscal de pé", dis-se, em entrevista à GloboNews.

Segundo Haddad, o governo Lula enfrenta problemas novos, que nada tem a ver com a Con-stituição de 1988. Um dos exemplos é o "descontrole absoluto do se-guro-defeso".

O ministro mencionou que há

300 mil pescadores de artesanato - público-alvo do benefício -, e 1,9 milhão de requerimentos do se-guro: "seis vezes mais do que o número de pescadores".

Outro problema diz respeito ao crescimento das despesas com o Benefício de Prestação Conti-nuada. O ministro diz que o BPC na escola é um dos programas dos quais mais tem orgulho de ter ela-borado. "Então, nada contra o BPC e o seguro-defeso, mas está havendo problemas que preci-sam ser corrigidos", disse.

O titular da Fazenda afirmou que não se opõe a discutir o que é bom para a sustentabilidade fiscal do País.

AMBIENTE POLÍTICO

Haddad disse que o ambiente político não está colaborando pa-ra um alívio no Orçamento. Se-

gundo ele, em 2024 o governo en-caminhou "seis ou sete" medidas ao Congresso que "fechariam as contas", mas nem tudo foi bem recebido pelo Legislativo.

As medidas, de acordo com Haddad, envolviam temas consi-derados tabu, como política de salário mínimo, de abono, e cor-reção da judicialização do BPC. "Várias coisas foram feitas na di-reção correta no sentido de o go-verno encaminhar as medidas, e nem tudo foi bem recebido", afir-mou, durante entrevista à Globo-News.

Haddad reitera que gostaria de ver tais medidas, que já estão no Congresso Nacional, aprovadas, pois geraria uma economia sem prejudicar a população vulnerá-vel. "É uma coisa importante, que vai abrir espaço" para despesas discricionárias, segundo o titular

da Fazenda, enfatizando que ca-da 7% do Orçamento correspon-de a R\$ 40 bilhões.

Ainda assim, Haddad avalia que a proposta - feita por ele - de realizar uma discussão sobre gas-to primário com a oposição pare-ce produtiva e "pode gerar fruto inclusive para o próximo presi-dente".

Segundo o ministro, as elei-ções de 2026 ainda estão em aber-to, e "ninguém sabe quem vai ser" o próximo presidente do Brasil.

Haddad disse ainda que a re-jeição de líderes de bancadas no Congresso a cortes em incentivos protegidos por Constituição im-plica uma dificuldade técnica "tremenda" à proposta de corte li-near de 10% dos benefícios fiscais. Ele admitiu que a pasta ainda não tem uma solução técnica e jurídi-ca ao impasse.

Traição de Hugo Motta, Haddad diz não entender o que aconteceu após reunião

CAROLINE ARAGAKI E EDUARDO LAGUNA/AE

O ministro da Fazenda, Fer-nando Haddad, disse nesta sex-ta-feira, que não consegue en-ender o que aconteceu depois da reunião feita com parlamen-tares no domingo, 9 de junho, em referência à decisão do Con-

gresso de aprovar na última quarta-feira a derrubada do de-creto sobre o aumento do Im-posto sobre Operações Finan-ceiras (IOF).

"Eu saí de lá com a sensação de que estava 100% resolvido o encaminhamento tanto da me-dida provisória quando do de-creto de IOF. E não fui o único

que saiu com essa sensação. O que aconteceu depois, eu não sei, eu não consigo entender", afirmou, em entrevista à Globo-News, em referência ao encon-tro na casa do presidente da Câ-mara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB)

O ministro disse que naquele domingo foi fechado um enca-

minhamento. "Inclusive, eu dis-se na reunião - que tinha 20 pes-soas - que mesmo o decreto sen-do uma prerrogativa do presi-dente, no terceiro bimestral (cu-jo relatório se anuncia 22 de ju-lho), eu voltaria à residência ofi-cial para rediscutir os termos do decreto, do segundo decreto", completou.

MERCOSUL

Brasil poderá deixar até 150 produtos fora da tarifa comum

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Os países do Mercosul pode-rão ampliar em 50 o número de tipos de produtos (expressos em códigos tarifários) fora da tarifa externa comum do bloco. O acor-do foi assinado na quinta-feira passada em Montevidéu, mas só foi divulgado nesta sexta-feira.

Com a mudança, o número de itens que Brasil e Argentina pode-rão incluir na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (Letec) sobe de 100 para 150 até 2028. No caso do Uruguai, passa de 225 pa-ra 275 até 2029. E, no do Paraguai,

de 649 para 699 até 2030.

O aumento de tarifas em rela-ção à tarifa externa comum do Mercosul continua a obedecer às regras vigentes. A redução de tarifas para os 50 itens adicio-nais só poderá ser aplicada em duas situações:

- Quando as exportações a cada Estado-Parte do Mercosul re-presentarem menos de 20% das exportações totais do códi-go tarifário objeto da medida;
- Para evitar concentração em setores econômicos, as redu-ções estão limitadas a 30% dos novos códigos por capí-

tulo da Nomenclatura Co-mum do Mercosul (NCM).

Do lado do Brasil, a norma foi negociada pelos ministérios das Relações Exteriores e do Desen-volvimento, Indústria, Comér-cio e Serviços (Mdic). Em nota, o Mdic informou que a decisão melhora a capacidade de reação do Mercosul a distorções co-merciais criadas por barreiras ou por práticas não autorizadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

“A Letec ampliada representa instrumento adicional à disposi-ção do governo brasileiro para

equacionar questões relativas a desvios de comércio, frente às incertezas sobre barreiras co-merciais decorrentes do contex-to internacional”, disse o secre-tário executivo do MDIC, Már-cio Elias Rosa, em comunicado.

Para entrar em vigor no Bra-sil, o Comitê Executivo de Ges-tão (Gecex) da Câmara de Co-mércio Exterior (Camex) precisa editar uma resolução.

UNIÃO ADUANEIRA

Por se tratar de uma união aduaneira, o Mercosul exige que os países-membros apliquem o mesmo Imposto de Importação para os produtos. Isso para ga-rantir que um produto seja im-portado com a mesma tarifa, in-dependentemente do país do Mercosul. Após a entrada do bem no bloco, ele pode transitar entre os países-membros com alíquota zero.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: ☎ (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS



ACESSE NOSSO SITE

TESOURO

Dívida Pública sobe 0,71% em maio e encosta em R\$ 7,7 bi

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Impulsionada pelos juros, a Dívida Pública Federal (DPF) aproxima-se de R\$ 7,7 trilhões. Segundo números divulgados nesta sexta-feira pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 7,617 trilhões em abril para R\$ 7,67 trilhões no mês passado, alta de 0,71%.

Em junho do ano passado, o indicador superou pela primeira vez a barreira de R\$ 7 trilhões. Mesmo com a alta em maio, a DPF continua abaixo do previsto. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentado no início de fevereiro, o estoque da DPF deve encerrar 2025 entre R\$ 8,1 trilhões e R\$ 8,5 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) subiu 0,7%, passando de R\$ 7,31 trilhões em abril para R\$ 7,361 trilhões em maio. No mês passado, o Tesouro resgatou R\$ 25,03 bilhões em títulos a mais do que emitiu, principalmente em papéis atrelados ao índice de preços. No entanto, a dívida interna subiu por causa da apropriação de R\$ 75,86 bilhões em juros.

Por meio da apropriação de juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incorpora o valor ao estoque da dívida pública. Com a Taxa Selic (juros básicos da economia) em 15% ao ano, a apropriação de juros

pressiona o endividamento do governo.

No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 108,5 bilhões em títulos da DPMFi. Com o alto volume de vencimentos em maio de títulos vinculados à inflação, os resgates somaram R\$ 183,52 bilhões.

A Dívida Pública Federal externa (DPFe) subiu 0,99%, passando de R\$ 306,13 bilhões em abril para R\$ 309,17 bilhões em maio. O principal fator foi a alta de quase 1% do dólar no mês passado.

COLCHÃO

Após uma alta em abril, o colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos) voltou a cair em maio. Essa reserva passou de R\$ 904 bilhões em abril para R\$ 861 bilhões no mês passado, chegando ao maior nível desde agosto. O principal motivo, segundo o Tesouro Nacional, foi o resgate líquido (resgates menos emissões) no mês passado.

Atualmente, o colchão cobre 8,77 meses de vencimentos da dívida pública. Nos próximos 12 meses, está previsto o vencimento de R\$ 1,229 trilhão em títulos federais.

COMPOSIÇÃO

Com o forte vencimento de títulos corrigidos pela inflação, a composição da DPF mudou. A fatia de títulos corrigidos por índices de preços recuou, passan-

do de 28,46% para 26,64%. O PAF prevê que os títulos vinculados à inflação encerrarão o ano entre 24% e 28%.

A participação dos papéis prefixados (com rendimento definido no momento da emissão) subiu de 20,23% em abril para 21,1% em maio. O PAF prevê que o indicador feche 2025 entre 19% e 23%.

Normalmente, os papéis prefixados indicam mais previsibilidade para a dívida pública, porque as taxas são definidas com antecedência. No entanto, em momentos de instabilidade no mercado financeiro, as emissões caem porque os investidores pedem juros muito altos, que comprometeriam a administração da dívida do governo.

A proporção dos papéis atrelados à Selic subiu de 47,3% em abril para 48,25% em maio. O PAF prevê que o indicador feche 2025 entre 48% e 52%. Esse papel está atraindo o interesse dos compradores por causa das recentes altas da Taxa Selic.

Composto por antigos títulos da dívida interna corrigidos em dólar e pela dívida externa, o peso do câmbio na dívida pública oscilou de 4,01% para 4,02%. A dívida pública vinculada ao câmbio está dentro dos limites estabelecidos pelo PAF para o fim de 2025, entre 3% e 7%.

PRAZO

O prazo médio da DPF subiu de 4,17 para 4,20 anos. O Tesouro só fornece a estimativa em

anos, não em meses. Esse é o intervalo médio em que o governo leva para renovar (refinanciar) a dívida pública.

Prazos maiores indicam mais confiança dos investidores na capacidade do governo de honrar os compromissos.

DETENTORES

As instituições financeiras seguem como principais detentoras da Dívida Pública Federal interna, com 30,1% de participação no estoque. Os fundos de pensão, com 23,6%, e os fundos de investimento, com 22,4%, aparecem em seguida na lista de detentores da dívida.

Mesmo com a instabilidade no mercado externo, a participação dos não residentes (estrangeiros) subiu de 9,7% em abril para 9,9% em maio. Em novembro do ano passado, o percentual estava em 11,2% e tinha atingido o maior nível desde abril de 2018, quando a fatia dos estrangeiros na dívida pública também estava em 11,2%. Os demais grupos somam 14% de participação.

Por meio da dívida pública, o governo pega dinheiro emprestado dos investidores para honrar compromissos financeiros. Em troca, compromete-se a devolver os recursos depois de alguns anos, com alguma correção, que pode seguir a taxa Selic (juros básicos da economia), a inflação, o dólar ou ser prefixada (definida com antecedência).

Trump: tarifas vão subir para países que se aproveitam dos EUA

WIKIPÉDIA



LAÍS ADRIANA/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, voltou a afirmar, durante coletiva de imprensa na Casa Branca no período da tarde desta sexta-feira, que as tarifas vão subir para países que se aproveitam dos EUA. O republicano também disse esperar que a Espanha comece a integrar o compromisso da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) sobre aumentar gastos com defesa nos próximos anos.

Trump reiterou que há "muito dinheiro entrando graças às tarifas", assim como realocamento de empresas e investimentos nos EUA.

O republicano defendeu que isso seja considerado na aprovação do seu "grande e lindo" projeto tributário. Endereçando críticas ao projeto, Trump disse que pretende deixar os programas Medicare e Medicaid "mais fortes, ao contrário dos democratas, que querem destruí-los".

Ainda sobre economia, o presidente afirmou que não olha para o bitcoin como investidor, mas que focou em "criar e fortalecer a indústria de criptomoedas" nos EUA. Trump disse que, entre os be-

nefícios do bitcoin, está o alívio da pressão sobre o dólar.

Trump também ressaltou seu papel como mediador global da "paz", mencionando o conflito no Oriente Médio, as tensões entre a Índia e o Paquistão e outras guerras em andamento na África. Ele destacou o fim do conflito entre Congo e Ruanda, afirmando que assinará um tratado com ambos os países.

Sobre a Índia e o Paquistão, o presidente disse ter ameaçado isolar comercialmente ambos os países. "Poderia ter sido um conflito nuclear, mas disse para eles que cancelaríamos todos os acordos comerciais e não fariam negócios nos EUA, se entrassem em conflito. Ambos os países têm bons líderes que concordaram conosco", afirmou.

Em relação a tensões domésticas com a intensificação de protestos contra a imigração, Trump comentou apenas sobre a gestão do governador da Califórnia, Gavin Newsom. "Eles não têm um governador lá. Não sei o que teria acontecido se não tivéssemos entrado com a guarda nacional", disse, acrescentando que tinha o direito até de ter utilizado "força militar maior" para controlar a situação.

Nota

HADDAD: SE AGU CONSIDERAR QUE DECRETO USURPOU PRERROGATIVA, LULA NÃO PODE ABRIR

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta sexta-feira, que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pediu para a Advocacia Geral da União (AGU) verificar se o decreto legislativo aprovado no Congresso Nacional, que derrubou as regras estabelecidos pelo governo em relação ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), usurpa a prerrogativa do Executivo. "Se a resposta for positiva, ele deve recorrer,

porque é uma usurpação constitucional", disse. Em entrevista à GloboNews, Haddad disse que o advogado geral da União recebeu a incumbência do presidente com a seguinte pergunta: "O decreto legislativo usurpa a prerrogativa da presidência da República? Se sim, recorre. Se não, vamos negociar", enfatizou. O ministro também afirmou que a própria Constituição diz que o presidente tem que respeitar os parâmetros estabelecidos em lei. "Se a União entender que isso está usurpando prerrogativas do executivo, ele não tem nem a prerrogativa de abrir mão, porque ele jurou cumprir a Constituição Federal."

GRUPO EDITORIAL RECORD

Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S.A.

CNPJ: 33.495.771/0001-56

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Srs Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, as quais refletem a situação econômica e financeira da companhia. Colocamo-nos à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas. Rio de Janeiro, 27 de junho de 2025. A Diretoria

Balancos patrimoniais 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Ativo		Controladora		Consolidado	
Circulante	Nota	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	7	61.569	62.603	62.260	63.390
Títulos e valores mobiliários	7	-	3.751	-	3.751
Contas a receber de clientes	8	42.913	50.548	45.726	52.635
Estoques	9	5.519	4.929	58.078	51.423
Impostos a recuperar	16	1.743	3.368	5.652	6.051
Dividendos a receber	13	39	-	-	-
Despesas antecipadas		116	168	174	206
Adiantamentos a fornecedores		229	98	375	213
Total do ativo circulante		112.228	125.465	172.265	177.669
Não circulante					
Depósitos judiciais	18	1.555	2.037	1.720	2.212
Investimentos	10	52.455	43.996	-	-
Imobilizado	11	13.359	12.348	14.760	13.915
Intangível	12	417	455	417	455
Total do ativo não circulante		67.786	58.836	16.897	16.582
Total do ativo		179.914	184.301	189.162	194.251
Passivo					
Circulante	Nota	2024	2023	2024	2023
Contas a pagar a fornecedores	15	31.499	33.762	5.981	8.079
Direitos autorais a pagar	14	-	-	31.293	32.815
Salários, provisões e encargos sociais		2.681	2.298	4.209	3.785
Impostos a recolher	16	474	490	2.230	1.999
Partes relacionadas	13	-	317	-	-
Receita diferida		7.614	5.513	7.614	5.514
Outras contas a pagar		50	113	50	113
Total do passivo circulante		42.318	42.493	51.377	52.305
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	2.276	2.410	2.276	2.410
Provisão para contingências	18	234	1.087	450	1.262
Total do passivo não circulante		2.510	3.497	2.726	3.672
Patrimônio líquido	19				
Capital social		45.182	45.182	45.182	45.182
Reservas de lucros		85.485	88.452	85.485	88.452
Ajuste de avaliação patrimonial		4.419	4.677	4.419	4.677
Total do patrimônio atribuível aos acionistas da Companhia		135.086	138.311	135.086	138.311
Participação de não controladores		-	-	(27)	(37)
Total do patrimônio líquido		135.086	138.311	135.059	138.274
Total do passivo e do patrimônio líquido		179.914	184.301	189.162	194.251

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício		56.641	52.083	56.651	52.094
Outros componentes do resultado abrangente		-	-	-	-
Itens que não serão reclassificados para o resultado		-	-	-	-
Amortização de "deemed cost"		(392)	(392)	(392)	(392)
Efeito de impostos de renda		134	133	134	133
Realização do imposto de renda e da contribuição social diferido		(258)	(259)	(258)	(259)
Resultado abrangente total do exercício		56.383	51.824	56.393	51.835
Resultado atribuído aos acionistas controladores		-	-	56.383	51.824
Resultado atribuído aos acionistas não controladores		-	-	10	11

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)

		Capital social	Reservas de lucros	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total	Participação de não controladores	Total
		45.182	9.036	86.941	-	4.936	146.095	(48)	146.047
Saldos em 31 de dezembro de 2022		-	-	392	-	(392)	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	133	133	-	133
Realização do IR e CS diferido		-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	52.083	-	52.083	11	52.094
Dividendos propostos		-	-	(7.917)	(52.083)	-	(60.000)	-	(60.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		45.182	9.036	79.416	-	4.677	138.311	(37)	138.274
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		-	-	392	-	(392)	-	-	-
Realização do IR e CS diferido		-	-	-	-	134	134	-	134
Lucro líquido do exercício		-	-	-	56.641	-	56.641	10	56.651
Dividendos propostos		-	-	(3.359)	(56.641)	-	(60.000)	-	(60.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		45.182	9.036	76.449	-	4.419	135.086	(27)	135.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora	Consolidado
		2024	2023
Receita líquida de vendas	20	210.762	188.540
Custo dos produtos vendidos		(153.699)	(138.079)
Lucro bruto		57.063	50.461
Receitas (despesas) operacionais		167.952	154.037
Despesas comerciais	21	(6.421)	(7.233)
Despesas gerais e administrativas	22	(41.885)	(38.088)
Equivalência patrimonial	10	55.959	48.613
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas		243	359
Lucro antes do resultado financeiro e de impostos sobre o lucro		64.959	54.112
Receitas financeiras	23	9.484	11.998
Despesas financeiras	23	(17.802)	(14.027)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		56.641	52.083
Impostos sobre o lucro	17	-	-
Lucro líquido do exercício		56.641	52.083
Lucro atribuído aos acionistas controladores		-	-
Lucro atribuído aos acionistas não controladores		-	-

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora	Consolidado
		2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		56.641	52.083
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		56.641	52.083
Ajustes para conciliar o resultado antes dos impostos sobre o lucro, ao caixa gerado pelas atividades operacionais		1.140	1.087
Depreciação e amortização		42	285
Custo residual de ativo permanente baixado		(55.959)	(48.613)
Resultado de equivalência patrimonial		(4.884)	(2.397)
Provisão (reversão) para risco de créditos esperados		(8.098)	(8.098)
Provisão para perdas em estoque		(853)	(53)
Provisão (reversão) para contingências		(3.873)	2.392
Resultado líquido ajustado		12.519	7.614
Variações nos ativos e passivos		(590)	(127)
Contas a receber		1.609	1.492
Estoques		482	340
Impostos a recolher e a recuperar		(2.394)	(3.286)
Depósitos judiciais		-	-
Contas a pagar e adiantamentos a fornecedores		383	265
Direitos autorais		1.773	1.134
Salários, provisões e encargos sociais		-	-
Outros ativos e passivos		-	(26)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	(5.154)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais		9.909	9.798
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		(2.155)	(1.065)
Aquisições ao imobilizado		-	100
Empréstimos concedidos a controladas		3.751	(376)
Títulos e valores mobiliários		47.461	56.043
Dividendos recebidos		-	-
Redução de capital em controlada em conjunto		-	1.416
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimentos		49.057	56.118
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		(60.000)	(60.000)
Pagamento de dividendos		(60.000)	(60.000)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos		(60.000)	(60.000)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		(1.034)	5.917
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		62.603	56.686
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		61.569	62.603
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		(1.034)	5.917

Sônia da Cruz Machado de Moraes Jardim

Diretora-Presidente

Fátima Leite de Assis

Diretora de Administração e Finanças

Luís Felipe Monteiro de Barros Rezende

Contador CRC-RJ092943/O-0

Caixa e equivalentes de caixa

Títulos e valores mobiliários

Contas a receber de clientes

Estoques

Impostos a recuperar

Dividendos a receber

Despesas antecipadas

Adiantamentos a fornecedores

Total do ativo circulante

Não circulante

Depósitos judiciais

Investimentos

Imobilizado

Intangível

Total do ativo não circulante

Total do ativo

Passivo

Circulante

Contas a pagar a fornecedores

Direitos autorais a pagar

Salários, provisões e encargos sociais

Impostos a recolher

Partes relacionadas

Receita diferida

Outras contas a pagar

Total do passivo circulante

Não circulante

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Provisão para contingências

Total do passivo não circulante

Patrimônio líquido

Capital social

Reservas de lucros

Ajuste de avaliação patrimonial

Total do patrimônio atribuível aos acionistas da Companhia

Participação de não controladores

Total do patrimônio líquido

Total do passivo e do patrimônio líquido

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Lucro líquido do exercício

Outros componentes do resultado abrangente

Itens que não serão reclassificados para o resultado

Amortização de "deemed cost"

Efeito de impostos de renda

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferido

Resultado abrangente total do exercício

Resultado atribuído aos acionistas controladores

Resultado atribuído aos acionistas não controladores

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2022

Realização do ajuste de avaliação patrimonial

Realização do IR e CS diferido

Lucro líquido do exercício

Dividendos propostos

Saldos em 31 de dezembro de 2023

Realização do ajuste de avaliação patrimonial

Realização do IR e CS diferido

Lucro líquido do exercício

Dividendos propostos

Saldos em 31 de dezembro de 2024

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Receita líquida de vendas

Custo dos produtos vendidos

Lucro bruto

Receitas (despesas) operacionais

Despesas comerciais

Despesas gerais e administrativas

Equivalência patrimonial

Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas

Lucro antes do resultado financeiro e de impostos sobre o lucro

Receitas financeiras

Despesas financeiras

Resultado antes dos impostos sobre o lucro

Impostos sobre o lucro

Lucro líquido do exercício

Lucro atribuído aos acionistas controladores

Lucro atribuído aos acionistas não controladores

As Demonstrações Contábeis completas, com o parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda., encontram-se disponíveis na sede da companhia.

Sônia da Cruz Machado de Moraes Jardim

Diretora-Presidente

Fátima Leite de Assis

Diretora de Administração e Finanças

Luís Felipe Monteiro de Barros Rezende

Contador CRC-RJ092943/O-0

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais

Resultado antes dos impostos sobre o lucro

Ajustes para conciliar o resultado antes dos impostos sobre o lucro, ao caixa gerado pelas atividades operacionais

Depreciação e amortização

Custo residual de ativo permanente baixado

Resultado de equivalência patrimonial

Provisão (reversão) para risco de créditos esperados

Provisão para perdas em estoque

Provisão (reversão) para contingências

Resultado líquido ajustado

Variações nos ativos e passivos

Contas a receber

Estoques

Impostos a recolher e a recuperar

Depósitos judiciais

Contas a pagar e adiantamentos a fornecedores

Direitos autorais

Salários, provisões e encargos sociais

Outros ativos e passivos

Pagamento de imposto de renda e contribuição social

Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais

Fluxos de caixa das atividades de investimentos

Aquisições ao imobilizado

Empréstimos concedidos a controladas

Títulos e valores mobiliários

Dividendos recebidos

Redução de capital em controlada em conjunto

Caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimentos

Fluxos de caixa das atividades de financiamentos

Pagamento de dividendos

Caixa aplicado nas atividades de financiamentos

Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa no início do exercício

Caixa e equivalente de caixa no final do exercício

Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa

OPERAÇÃO SISAMNES

PF prende prefeito de Palmas por ‘venda de sentenças’

RAYSSA MOTTA
E FAUSTO MACEDO/AE

A Polícia Federal deflagrou nesta sexta-feira, uma nova fase da Operação Sisamnes, que investiga a venda de sentenças no Superior Tribunal de Justiça (STJ). É a 10ª etapa ostensiva do inquérito.

Três pessoas foram presas preventivamente - o prefeito de Palmas, Eduardo Siqueira (Podemos), o policial civil Marcos Albernaz e o advogado Antonio Ianowich Filho.

Procurada, a assessoria do prefeito informou que ele "recebeu a decisão com serenidade" e vai colaborar com a investigação. "Tudo será esclarecido", diz a nota.

Os policiais federais também fizeram buscas em três endereços na capital do Tocantins. A operação foi autorizada pelo ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), que conduz a investigação.

A nova etapa da Operação Sisamnes - juiz corrupto, segundo a mitologia persa - busca provas sobre o vazamento de informações sigilosas de inquéritos e processos.

"A apuração revelou indícios de que informações confidenciais estariam sendo antecipadamente acessadas, articuladas e repassadas a investigados, com o envolvimento de agentes públicos, advogados e operadores externos", informou a PF.

Segundo a Polícia Federal, os vazamentos eram "sistemáticos", com impacto direto sobre operações da corporação. O inquérito

aponta que as informações eram repassadas para proteger aliados, frustrar ações policiais e construir redes de influência.

O prefeito de Palmas já havia sido alvo de buscas na última etapa da investigação. Na ocasião, ele negou envolvimento com vazamentos e disse que não tem mantém fontes privilegiadas em tribunais ou em qualquer outra instância do Poder Judiciário.

FASES DA OPERAÇÃO

Na primeira fase da Operação Sisamnes, a PF prendeu o empresário Andreson Gonçalves, o "lobista dos tribunais", e fez buscas em endereços de auxiliares de ministros do STJ. Os servidores foram afastados e também são investigados administrativamente. Segundo o Superior Tribunal de Justiça, nenhum ministro tinha conhecimento das irregularidades.

O suposto esquema de venda de decisões judiciais envolveria advogados, lobistas, empresários, assessores, chefes de gabinete e magistrados de Tribunais de Justiça estaduais.

No mês seguinte, a Polícia Federal deflagrou a segunda fase ostensiva da investigação para investigar operações imobiliárias suspeitas. Na época, servidores do Poder Judiciário foram afastados das funções e o STF determinou o sequestro de imóveis de um magistrado.

Em março, em novo desdobramento da investigação, a PF mirou um núcleo que estaria envolvido na venda de informações sigilosas de investigações

no STJ. O advogado Thiago Marcos Barbosa de Carvalho, sobrinho do governador do Tocantins Wanderlei Barbosa (Republicanos), foi preso. Ele nega irregularidades.

Foi identificada uma rede clandestina de monitoramento, comércio e repasse de informações sigilosas sobre o andamento de investigações sensíveis supervisionadas pelo Superior Tribunal de Justiça, frustrando, assim, a efetividade de operações policiais.

Em seguida, a PF mirou empresários que teriam lavado o dinheiro das propinas da compra de decisões para dar aparência de legalidade aos repasses, "de modo a romper a vinculação direta entre o agente corruptor e o servidor público corrompido".

Um dos alvos foi o advogado Ussiel Tavares, ex-presidente da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil em Mato Grosso (OAB-MT). Em nota, ele negou irregularidades e disse que sempre se pautou pela legalidade, ética e transparência.

No dia seguinte, a PF voltou às ruas para prender dois suspeitos de tentar obstruir a operação e, segundo a corporação, cometeram "atos graves de obstrução da justiça visando embaçar a execução das medidas judiciais". Um deles é o empresário Diego Cavalcante Gomes.

Há um mês, a Polícia Federal prendeu cinco suspeitos de envolvimento no assassinato do advogado Roberto Zampieri, pivô da Operação Sisamnes. Mensagens encontradas no celular

dele levantaram suspeitas da compra de decisões e deram início ao inquérito.

Os suspeitos, segundo a PF, fazem parte de uma organização criminosa especializada em espionagem e execuções sob encomenda. A Polícia Federal investiga agora se eles tramaram atentados contra autoridades. Um lista com nomes de ministros do STF e parlamentares e valores a cobrar por execução, a depender do cargo, foi apreendida com um dos suspeitos.

Também em maio os policiais federais fizeram buscas em Mato Grosso para aprofundar a investigação em relação a um esquema de lavagem que teria sido montado para dissimular pagamentos milionários de propinas em troca de decisões judiciais. O juiz Ivan Lúcio Amarante, da comarca de Vila Rica, município com cerca de 20 mil habitantes a 1320 quilômetros da capital Cuiabá, foi o principal alvo.

A etapa mais recente da operação foi a que fez buscas na casa do prefeito para aprofundar a investigação em relação ao vazamento e comercialização de informações sigilosas de investigações da PF.

Segundo a Polícia Federal, os suspeitos teriam tido acesso antecipado a detalhes de operações policiais, "comprometendo a eficácia das medidas judiciais que seriam implementadas".

Além disso, a operação teve como objetivo apurar suspeitas de "privilégios ilegais" concedidos ao sobrinho do governador do Tocantins.

CENSO

Brasileiras estão tendo menos filhos e adiam maternidade

VITOR ABDALA/ABRASIL

As brasileiras estão tendo menos filhos e adiando a maternidade. É o que apontam os dados do Censo Demográfico de 2022, divulgados nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para a pesquisa, são consideradas mulheres de 15 a 49 anos.

A média de filhos por mulher em idade reprodutiva no Brasil, chamada de taxa de fecundidade total, caiu para 1,55 em 2022. De acordo com o IBGE, a taxa de fecundidade das brasileiras vem decrescendo desde a década de 1960. Em 1960, por exemplo, era de 6,28 filhos por mulher. Essa média caiu para 5,76 em 1970, para 4,35 em 1980, para 2,89 em 1991 e para 2,38 em 2000. Em 2010, a taxa era de 1,90 filhos por mulher.

Desde 2010, a taxa de fecundidade brasileira está abaixo da chamada taxa de reposição populacional, ou seja, da média de filhos por mulher necessária para manter a população estável, que é de 2,1.

“A componente de fecundidade é muito importante para analisar a evolução demográfica de uma população. O ritmo de crescimento, as transformações na pirâmide etária e o envelhecimento populacional estão diretamente relacionados ao número de nascimentos”, explica a pesquisadora do IBGE Marla Barroso.

Segundo ela, a transição da fecundidade no Brasil foi iniciada na década de 60 nas unidades da federação economicamente mais desenvolvidas da região Sudeste, em grupos com maior nível educacional e nas áreas urbanas. “Nas décadas seguintes, foi se alastrando por todo o Brasil”, explica.

REGIÕES

Na Região Sudeste, a taxa de fecundidade saiu de 6,34 filhos por mulher em 1960, passou para 4,56 em 1970, caiu para 3,45 em 1980, atingiu o nível de reposição populacional em 2000 (2,1 filhos por mulher). Em 2022, ficou em 1,41, o menor do país. “Para as outras regiões do Brasil, a queda se intensificou a partir ali da década de 70”, explica Marla.

Na Região Sul, que tinha a menor taxa de fecundidade em 1960 (5,89 filhos por mulher), a principal queda ocorreu de 1970 (5,42) para 1991 (2,51). Em 2022, a taxa ficou em 1,50, também abaixo da média nacional.

No Centro-Oeste, que tinha taxa de 6,74 em 1960, a tendência de queda foi semelhante à da região Sul, ao apresentar o principal recuo de 1970 (6,42) para 1991 (2,69). Em 2022, a taxa era de 1,64.

As regiões Norte e Nordeste também apresentaram quedas consideráveis de 1970 para 1991. Mas, em 1980, ainda tinham taxas de fecundidade acima de 6 filhos por mulher. No Norte, a taxa passou de 8,56 em 1960 para 8,15 em 1970 e para 6,45 em 1980. Em 2010, aproximou-se da taxa de reposição ao atingir 2,47. Em 2022, ficou em 1,89, a mais alta do país.

O Nordeste foi a única região a apresentar alta de 1960 (7,39 filhos por mulher) para 1970 (7,53). Em 1980, a taxa começou a recuar, passando para 6,13. Em 2000, o indicador se aproximou da taxa de reposição, ao ficar em 2,69. Em 2022, ficou em 1,60, abaixo do Centro-Oeste.

Entre os estados, Roraima é o único com taxa acima da reposição populacional: 2,19 filhos por mulher. Na sequência aparecem Amazonas (2,08) e Acre (1,90). Entre aqueles com menores taxas, destacam-se o Rio de Janeiro (1,35), Distrito Federal (1,38) e São Paulo (1,39).

MATERNIDADE

A pesquisa não apenas observou a continuidade da queda da taxa de fecundidade, como também revela que as mulheres estão tendo filhos com idades

mais avançadas. A idade média da fecundidade no Brasil passou de 26,3 anos em 2000 para 28,1 em 2022. A tendência foi observada em todas as regiões.

Em 2022, o Norte apresentou a menor idade (27 anos), enquanto o Sudeste e o Sul mostraram as maiores (28,7 anos). Entre as unidades da federação, a idade média de fecundidade mais alta foi a do Distrito Federal (29,3 anos) e a mais baixa, do Pará (26,8 anos).

SEM FILHOS

O levantamento aponta ainda que cresce o grupo daquelas que chegam ao fim da idade reprodutiva sem filhos. O percentual de mulheres com 50 a 59 anos que não tiveram filhos nascidos vivos, segue em alta. Em 2000 era 10%, passou para 11,8% em 2010 e apresentou um aumento ainda mais expressivo em 2022, chegando a 16,1%. No Norte, o percentual passou de 6,1% para 13,9%. No Sudeste, subiu de 11% para 18%.

Entre as unidades da federação, o Rio de Janeiro tinha, em 2022, o maior percentual (21%) de mulheres sem filhos e Tocantins, o menor (11,8%).

RELIGIÃO E RAÇA

De acordo com os dados do Censo, entre as religiões, as evangélicas são as que apresentam maior taxa de fecundidade – 1,74 filhos por mulher, acima da média nacional. Os menores índices foram encontrados entre as mulheres espíritas (1,01) e as seguidoras da umbanda e candomblé (1,25). As mulheres de outras religiosidades (1,39), sem religião (1,47) e as católicas (1,49) tiveram taxas abaixo da média nacional.

Segundo o pesquisador do IBGE Marcio Minamiguchi, não é possível, apenas com base nos dados do Censo 2022, afirmar os motivos que levam a essas diferenças das taxas de fecundidade entre as seguidoras das religiões.

“Para entender o efeito de uma religião sobre a fecundidade, ou seja, se uma doutrina poderia levar a uma certa propensão a ter filhos ou não, teria que isolar todos os outros fatores, como renda, o local onde as pessoas moram, a atividade profissional e tudo mais”.

Em relação ao recorte racial, as mulheres amarelas (de origem asiática) têm menor taxa de fecundidade (1,2 filhos por mulher), seguidas pelas brancas (1,4). As pretas e pardas têm taxas acima da média nacional: 1,6 e 1,7, respectivamente. As indígenas ainda estão acima da taxa de reposição, com 2,8 filhos por mulher.

A idade média da fecundidade subiu entre todos os grupos, sendo de 29 anos para as brancas, 27,8 entre as pretas e 27,6 entre as pardas.

ESCOLARIDADE

O Censo 2022 mostrou que o aumento da escolarização tem relação com a queda da taxa de fecundidade. Segundo os dados da pesquisa, as mulheres sem instrução ou com ensino fundamental incompleto têm, em média, 2,01 filhos, enquanto aquelas com ensino superior apresentam uma taxa de 1,19.

As demais faixas de escolaridade apresentam as seguintes taxas: ensino fundamental completou ou médio incompleto, com 1,89 filhos por mulher, e ensino médio completo ou superior incompleto com taxa de 1,42.

“A mulher com mais escolaridade, com mais informação, sabe melhor onde procurar métodos contraceptivos, se assim quiser. Ela vai saber fazer suas escolhas de uma forma melhor”, explica a gerente de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica do IBGE, Izabel Marri. Em 2022, a idade média de fecundidade das mulheres sem instrução ou com ensino fundamental incompleto foi de 26,7 anos.

DF

Moraes manda prender condenados por tentativa de ataque a aeroporto

FELLIPE GUALBERTO/AE

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), ordenou na última terça-feira, a prisão preventiva dos três condenados pela tentativa de explosão de um caminhão-tanque na região do Aeroporto de Brasília.

A detenção de George Washington de Oliveira e Alan Diego dos Santos Rodrigues foi con-

vertida de semiaberta para fechada, enquanto Wellington Macedo de Souza deve continuar na prisão. A ordem se deu por meio de uma petição sigilosa, segundo o jornal Metrópoles. No documento, Moraes argumenta que os crimes são graves e a risco de nova ocorrência.

A tentativa de atentado que os três condenados conduziram se deu em 24 de dezembro de 2022. Os militantes bolsonaristas ten-

taram explodir o veículo que carregava 60 mil litros de querosene de aviação na região do aeroporto da capital brasileira.

Durante o ensaio de atentado, George Washington foi o responsável por a bomba enquanto Alan Diego dos Santos acoplou o explosivo ao caminhão-tanque. O veículo deveria adentrar o aeroporto e lá ser detonado. A bomba não explodiu por causa de um erro técnico.

Em 15 de fevereiro, o Poder Judiciário do Distrito Federal permitiu que George Washington de Oliveira Sousa cumprisse sua pena em regime semiaberto. Na ocasião, o juiz Bruno Aiello Macacari considerou que o réu cumpriu os requisitos para a mudança de regime por não ter cometido falhas disciplinares no período em que esteve preso. A decisão foi agora revertida por Moraes.

HABILITAÇÃO

Lula sanciona lei que cria CNH gratuita para população de baixa renda

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, nesta sexta-feira, um projeto de lei que permite que recursos arrecadados com multas de trânsito possam ser aplicados para custear a habilitação de condutores de baixa renda. A norma ainda estabelece regras para transferência de propriedade de veículo por meio eletrônico.

Pela nova lei, agora em vigor, serão beneficiadas as pessoas de baixa renda que estejam no Ca-

distro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Até então, a legislação de trânsito previa que os recursos provenientes de multas deveriam ser aplicados exclusivamente em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito. O custeio, previsto no projeto, abrangerá as taxas e demais despesas relativas ao processo de formação de condutores e do documento de

habilitação.

O projeto de autoria do deputado José Guimarães (PT-CE) foi aprovado pelo Congresso Nacional no fim de maio.

Segundo o Palácio do Planalto, a lei aprovada ainda estipula regras para a transferência de propriedade e vistoria por meio eletrônico. No caso de transferência de propriedade, o contrato de compra e venda deve conter assinaturas eletrônicas qualificadas ou avançadas. A vistoria

de transferência poderá ser realizada em formato eletrônico a partir de critérios do órgão executivo de trânsito dos estados e do Distrito Federal.

O contrato de compra e venda de veículo em meio digital, devidamente assinado pelo comprador e pelo vendedor perante o órgão de trânsito da União, terá validade em todo o território nacional e deve ser acatado pelos órgãos de trânsito dos estados e do Distrito Federal.

Segundo a prefeitura, o canil da corporação foi mobilizado para auxiliar nas buscas, e a ocorrência, que está em andamento, foi registrada no 98º Distrito Policial. A Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Estado informou que o Departamento Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), unidade da Polícia Civil, realiza investigações. “Equipes da unidade policial, com apoio do Corpo de Bombeiros, realizaram diligências no local para o andamento dos trabalhos periciais, com auxílio da antropologia do IML [Instituto Médico-Legal]”, informa nota da SSP.

Nota

CEMITÉRIO CLANDESTINO É ENCONTRADO EM PARQUE NA REGIÃO SUL PAULISTANA

Equipes policiais vasculham, durante toda esta sexta-feira, o cemitério clandestino encontrado quinta-feira dentro do Parque dos Búfalos, na zona sul de São Paulo, em área de mananciais da Represa Billings. O parque foi inaugurado em fevereiro deste ano. ◆ Após denúncia anônima, agentes da Guarda Civil Metropolitana São ◆ Paulo localizaram 15 ossadas no parque, após denúncia anônima.

2025

PIB paulista registra crescimento de 1,9% nos primeiros 4 meses

A economia no Estado de São Paulo registrou crescimento de 1,9% nos primeiros quatro meses de 2025 em relação ao primeiro quadrimestre do ano passado, indicaram dados da Fundação Seade. O avanço do Produto Interno Bruto (PIB) paulista no período foi impulsionado pelos setores da agropecuária e serviços, que contaram com altas de 7,8% e 3,1%, respectivamente.

“Com muito trabalho, continuamos avançando positivamente com a economia de São Paulo. O crescimento do PIB paulista nos primeiros quatro meses do ano mostra que estamos na direção certa. Persisti-

remos neste caminho para que 2025 continue garantindo muitas oportunidades para os paulistas no mercado de trabalho e para quem deseja empreender em nosso estado, com mais atração de investimentos”, afirmou o governador Tarcísio de Freitas.

No acumulado dos últimos 12 meses, comparados aos 12 meses imediatamente anteriores, o PIB paulista cresceu 3,0%. Neste recorte, o destaque foi para o setor de serviços, que avançou 3,5%, seguido pela indústria, com crescimento de 0,8%. Já na comparação com abril de 2024, o indicador avançou 0,1% em abril deste ano.

CENSO

São Paulo tem fluxo migratório negativo pela primeira vez

VITOR ABDALA/ABRASIL

O estado de São Paulo registrou fluxo migratório negativo no período de 2017 a 2022. Isso significa que, neste período de cinco anos, o total de pessoas que deixaram de morar nesse estado superou o número daqueles que se mudaram para lá.

As informações são do Censo Demográfico 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados nesta sexta-feira. De acordo com o IBGE, essa é a primeira vez que o estado tem fluxo migratório negativo desde que o Censo começou a fazer esse tipo de análise, em 1991.

De 2017 a 2022, São Paulo recebeu 736,4 mil migrantes. No mesmo período, 826 mil pessoas saíram do estado para viver em outros locais. Ou seja, o saldo migratório foi negativo em 89,6 mil pessoas.

As principais origens dos imigrantes de São Paulo foram a Bahia e os vizinhos Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná. Isso não significa que os imigrantes são baianos, cariocas, mineiros ou paranaenses, mas sim que residiam nesses estados em 1º de julho de 2017 e passaram a viver em São Paulo em 2022.

Já os principais destinos daqueles que saíram de São Paulo foram a Bahia, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina.

Já o Rio de Janeiro, registrou seu primeiro saldo negativo depois de 1991: 165,4 mil pessoas, já que 167,2 mil imigraram para o estado e 332,6 mil emigraram do território fluminense.

“Se as pessoas estão retornando ou se elas estão em busca de melhores oportunidades, é uma questão que pode ser trabalhada, estudada”, afirma o pesquisador do IBGE Marcelo Dantas.

Outras 16 unidades da federação tiveram saldo migratório negativo, com destaque para o Maranhão (menos 129,2 mil pessoas), Distrito Federal (menos 99,6 mil), Pará (menos 94,1 mil) e Rio Grande do Sul (menos 77,8 mil).

Por outro lado, nove estados tiveram saldo migratório positivo, isto é, o número de pessoas que migrou para esses locais superou o total daquelas que foram viver em outro estado.

Santa Catarina liderou o ranking, ao ter um saldo positivo de 354,3 mil pessoas. O estado recebeu 503,6 mil migrantes de 2017 a 2022, perdendo apenas para São Paulo. As origens principais dos imigrantes de Santa Catarina foram Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná e o Pará.

Os outros oito estados com

fluxo positivo no período foram Goiás (186,8 mil), Minas Gerais (106,5 mil), Mato Grosso (103,9 mil), Paraná (85 mil), Paraíba (30,9 mil), Espírito Santo (27,9 mil), Mato Grosso do Sul (17,7 mil) e Tocantins (6 mil).

FLUXOS MIGRATÓRIOS

Comparando os fluxos migratórios de 2017 a 2022 com aqueles observados no período de 2005 a 2010, nove unidades da federação deixaram de atrair imigrantes e passaram a ter saldo migratório negativo. Além de Rio e São Paulo, aparecem nessa situação, o Distrito Federal e os estados do Rio Grande do Norte, Sergipe, Amazonas, Roraima, Amapá e Rondônia.

Por outro lado, três deixaram de ser polos de emigração e passaram a atrair mais imigrantes: Minas Gerais, Paraná e Paraíba.

Em relação às grandes regiões, o Sudeste deixou de ser uma região que atrai imigrantes para se tornar uma área de emigração, ao apresentar um saldo migratório negativo de 120,6 mil pessoas, de 2017 a 2022. De 2005 a 2010, a região havia tido saldo positivo de 325,5 mil.

Outra região que observou a mesma tendência foi o Norte, que teve um saldo negativo de 201,2 mil migrantes de 2017 a 2022. De 2005 a 2010, o saldo havia sido positivo (36,5 mil).

O Nordeste continua sendo um polo de emigração, mas o saldo negativo da região reduziu, ao passar de 701,1 mil de 2005 a 2010 para 248,6 mil de 2017 a 2022.

O Centro-Oeste manteve-se como uma região que recebe imigrantes. No período de 2017 a 2022, o saldo migratório ficou positivo em 208,8 mil. De 2005 a 2010, o saldo havia sido de 262,8 mil.

Já o Sul, que continua sendo polo de atração de imigrantes, aumentou de forma considerável seu saldo positivo, ao passar de 76,3 mil de 2005 a 2010, para 361,5 mil de 2017 a 2022.

POPULAÇÃO

O Centro-Oeste era a região com maior proporção de pessoas nascidas em outros locais do país ou no exterior, em 2022. De acordo com o IBGE, apenas 73,5% de seus habitantes nasceram ali. Em seguida, aparece o Norte, onde 87,1% da população nasceu naquela região. No Sudeste, os habitantes nascidos na própria região representam 88,8%. No Sul, 92% nasceram na própria região. Já o Nordeste tem 96,7% de sua população formada por pessoas nascidas ali.

LIVROS-LGBTQIAP+

A Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu nessa sexta-feira, a favor de um grupo de pais que busca retirar seus filhos das aulas de escolas públicas que tragam livros de histórias com temática LGBTQIAP+, em um caso que envolveu direitos dos pais e liberdade religiosa.

Os juízes disseram que autoridades escolares no Condado de Montgomery, Maryland, não podem exigir que crianças pequenas participem de aulas com livros que entrem em conflito com as crenças religiosas de seus pais.

A decisão de 6-3 pode ter implicações para escolas públicas em todo o país e pode dar às famílias o direito de expressar objeções religiosas a uma ampla gama de materiais de aprendizagem. Já é permitido nos EUA que os pais retirem seus filhos de aulas sobre saúde reprodutiva. Mas a decisão de hoje abre precedente para que os alunos sejam retirados de qualquer aula que traga alguma temática LGBTQIAP+.

O caso envolvia um novo currículo adotado em 2022 para a pré-escola até a quinta série pelas Escolas Públicas do Condado de Montgomery, o maior sistema escolar de Maryland.

Os livros de histórias incluíam "Pride Puppy", uma cartilha do alfabeto sobre uma família cujo filhote se perde em uma parada do Orgulho; "Love, Violet", sobre uma garota que se apaixona por sua colega de classe; "Born Ready", sobre um garoto transgênero; e "Uncle Bobby's Wedding", sobre uma união entre pessoas do mesmo sexo. O objetivo era refletir melhor a diversidade das famílias da população religiosamente diversa e politicamente liberal do condado.

A princípio, o sistema escolar avisava os pais quando os livros de histórias seriam discutidos, além de dar a eles a oportunidade de dispensar seus filhos. Mas os administradores escolares lo-

go eliminaram a política de aviso prévio e de não comparecimento, alegando que era difícil administrar, gerava absenteísmo e corria o risco de "expor os alunos que acreditam que os livros de histórias os representam e suas famílias ao estigma social e ao isolamento".

Pais de diversas religiões - muçulmanos, ortodoxos ucranianos e católicos - entraram com ações judiciais, alegando que os livros violavam a proteção da Primeira Emenda da Constituição americana ao livre exercício da religião. Os livros, segundo a denúncia, "promovem a ideologia transgênero unilateral, incentivam a transição de gênero e focam excessivamente na paixão romântica".

Os pais disseram que não estavam tentando mudar os planos de aula ou remover livros das estantes da sala de aula. Eles só queriam ter a opção de dizer que seus filhos não participariam.

Na decisão de hoje, o juiz Samuel Alito Jr., escrevendo pela maioria, disse que autoridades governamentais sobrecarregam os direitos religiosos dos pais quando exigem que eles "submetam seus filhos a instruções que representam 'uma ameaça muito real de minar' as crenças e práticas religiosas que os pais desejam incutir".

Enquanto o litígio continua, Alito determinou que o Condado de Montgomery deve retomar a política de notificar os pais com antecedência sempre que um dos livros em questão ou qualquer outro livro semelhante for usado de alguma forma, e deve permitir que seus filhos sejam dispensados ??dessas aulas.

A juíza Sonia Sotomayor leu um resumo de sua divergência em nome dos três juizes liberais. Ela disse que a decisão do tribunal "ataca a premissa central das escolas públicas: que as crianças podem se reunir para aprender não os ensinamentos de uma fé

FIGURAÇA REAL

Rainha da Holanda 'imita' Trump durante encontro antes da Otan

A rainha da Holanda, Máxima Zorreguieta, foi flagrada fazendo gestos com a boca após tirar uma foto com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, antes da reunião da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), na quarta-feira passada. Nas redes sociais, usuários apontaram que ela estaria imitando o norte-americano.

Trump chegou na Holanda na terça-feira, passada, para discutir o aumento de gastos militares com países europeus e com o Ca-

nadá. Ele ficou hospedado no palácio de Huis ten Bosch, uma das residências oficiais da família real holandesa, em Haia, e foi convidado para um café da manhã com o rei Willem-Alexander e a rainha Máxima.

O trio posou para fotos ao se encontrar. Um vídeo mostra que Trump sorri para uma das câmeras e diz "obrigado". Nesse momento, a rainha Máxima vira para os fotógrafos e faz um gesto com a boca. Ela sorriu na sequência.

GUERRA

Trump: Israel estão exaustos e 'não entende' falas de Khamenei

PEDRO LIMA E LAÍS ADRIANA/AE

O presidente dos EUA, Donald Trump, repetiu que o Irã foi "obliterado" pelos ataques americanos e que não poderá ter uma arma nuclear, além de reiterar confiança no cessar-fogo dos conflitos no Oriente Médio. "O Irã está exausto e Israel também está, ambos querem resolver isso. Nenhum dos dois lados está pensando em arma nuclear", disse.

Trump também defendeu que a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) das Nações Unidas, outro órgão independente ou os próprios Esta-

dos Unidos devem ser capazes de inspecionar o Irã. Ele também sinalizou que autoridades iranianas estão dispostas a se encontrar com os EUA, apesar de o Irã negar ter intenção de engajar em breve em negociações com autoridades americanas ou israelenses. "Não acredito que eles iranianos terão outra chance de voltar para a energia nuclear de novo. Já gastaram trilhões nisso e não deu certo", acrescentou.

Os comentários aconteceram em coletiva de imprensa na Casa Branca na tarde desta sexta-feira, minutos antes de Trump

específica, mas uma gama de conceitos e visões que refletem toda a nossa sociedade".

Líderes das Escolas Públicas do Condado de Montgomery e seu conselho escolar disseram em uma declaração conjunta que a decisão "não é o resultado que esperávamos ou pelo qual trabalhamos".

"Isso representa um desafio significativo para a educação pública em todo o país", disseram autoridades do sistema escolar O sistema escolar afirmou estar trabalhando para definir seus próximos passos.

O caso de Maryland foi um dos três levados ao tribunal neste período envolvendo direitos religiosos. Era um dos seis pareceres esperados para esta sexta, o último dia de trabalho da Suprema Corte antes do recesso.

Nos últimos anos, a maioria conservadora do tribunal superior tem se mostrando bastante receptiva a reivindicações por direitos religiosos.

Diretores e professores de escolas primárias expressaram separadamente preocupações sobre a adequação de alguns conteúdos para jovens leitores e disseram que não foram treinados para liderar discussões relacionadas em sala de aula.

O governo Trump apoiou os pais, dizendo aos juízes do tribunal que o Condado de Montgomery estava indevidamente forçando as famílias a escolher entre violar suas crenças religiosas ou abrir mão do benefício da educação pública.

Os advogados do condado afirmaram que os livros de histórias não são materiais de educação sexual. Eles alertaram sobre as implicações para os funcionários das escolas públicas em todo o país caso sejam obrigados a permitir amplas dispensas ao currículo geral para além de educação sexual.

A Suprema Corte há muito reconhece que os pais têm interes-

se em direcionar a educação religiosa e educacional de seus filhos e afirma o direito dos pais de escolherem alternativas às escolas públicas. Mas os tribunais também decidiram que a mera exposição, em um ambiente escolar público, a ideias ou informações conflitantes com as crenças religiosas de uma pessoa não constitui um ônus institucional sobre os direitos religiosos.

Durante a discussão oral em abril, os juízes apresentaram diferentes pontos de vista sobre como traçar a linha entre a exposição permitida a material e a coerção ilegal, especialmente quando se trata de crianças pequenas e impressionáveis. Vários leram em voz alta trechos dos textos em disputa, alguns dos quais fazem referência a drag queens e ao casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Os juízes optaram por intervir nos estágios iniciais do caso do Condado de Montgomery, antes que o processo fosse totalmente apreciado com a apresentação de provas detalhadas nos tribunais inferiores. A juíza distrital dos EUA, Deborah Boardman, havia se posicionado preliminarmente a favor do sistema escolar e afirmou que sua política não sobrecarrega inadmissivelmente os direitos religiosos dos pais, em parte porque "não pressiona os pais a se absterem de ensinar sua fé, a se envolverem em condutas que violem suas crenças religiosas ou a mudarem suas crenças religiosas".

Um painel dividido do Tribunal de Apelações dos EUA para o 4º Circuito também se posicionou a favor do sistema escolar no processo, dizendo que não havia evidências de que os pais ou filhos foram compelidos a mudar suas crenças religiosas ou conduta como resultado das aulas - ou solicitados a mudar como se sentem em relação a gênero e sexualidade.

As imagens viralizaram no X, e alguns usuários apontaram que a rainha holandesa tentou imitar o presidente dos EUA. Outros apontaram que ela disse "geluk-kig", expressão em holandês que significa feliz ou contente, em resposta à afirmação de Trump de que tinha dormido bem a noite.

A CÚPULA DA OTAN

Os países da Otan concordaram nesta quarta-feira em aumentar a meta de gastos em defesa para 5% do Produto Interno

Bruto (PIB) de cada nação até 2035. A aprovação da meta é resultado da pressão de Trump, que exigiu que os países europeus e o Canadá investissem mais para impulsionar a aliança.

Em um breve comunicado, no encerramento da cúpula, os países membros da Otan disseram que a nova meta de gastos se deve à necessidade de defesa imposta pela ameaça de longo prazo representada pela Rússia, além da ameaça persistente do terrorismo.

preendido por declarações hostis do líder supremo iraniano, o aiatolá Ali Khamenei. "Nos últimos dias, estive trabalhando na possível remoção de sanções, e em outras questões, que teriam dado ao Irã uma chance muito melhor de recuperação total, rápida e completa - as sanções estão DOENDO!", escreveu na Truth Social.

"Mas não. Em vez disso, recebo uma declaração de raiva, ódio e nojo, e imediatamente interrompi todo o trabalho sobre alívio de sanções e outras iniciativas", completou. Trump disse que o Irã precisa "voltar a se integrar à Ordem Mundial" e acusou o regime de Teerã de ter levado o país à ruína. "Um país queimado, destruído, sem futuro, com forças armadas dizimadas, uma economia horrível e a MORTE por toda parte", afirmou. "Não têm esperança, e só vai piorar!"